

O monumento epigráfico da flamínica Memória Calquísia, de Mértola

*Centro de Estudos
de Arqueologia,
Artes e Ciências do
Património
Faculdade de Letras
da Universidade de
Coimbra

José d'Encarnação*
jde@fl.uc.pt

O autor escreve
segundo o Acordo
Ortográfico de 1945

Resumo Por se haverem levantado dúvidas quanto à sua autenticidade, o monumento epigráfico incluído por Hübner no *CIL* II sob o n.º 122, nunca foi estudado do ponto de vista epigráfico propriamente dito. Agora que se resolveram as dúvidas, importa fazer esse estudo, o que, atendendo a que se comprovou tratar-se de imponente placa a colocar no frontispício dum jazigo de família em Mértola, lhe outorga maior relevância histórica. Mostra-se que os ornatos em relevo são comuns em monumentos epigráficos autênticos e a inscrição posterior que ostenta nas quadras laterais perfeitamente se integram no ambiente da Antiguidade Tardia em Mértola.

Abstract The epigraphic monument included at *CIL* II 122 was not yet studied from the epigraphic point of view, because were some doubts about his Roman authenticity. Now, this problem doesn't exist and, therefore, we can, by one onomastic analysis, explain the familial relations there present and, for example, the meaning of the Latin word *fabrica*. Also the medieval inscription may be including in the *Myrtilis'* epigraphic models.



Fig. 1 – O monumento total.

Assaz conhecido e muito divulgado, quer nos escritos sobre a vila de Montemor-o-Novo quer nos textos que tratam o tema do culto imperial na Lusitânia romana, o monumento epigráfico encastrado numa parede fronteira aos Paços de Concelho dessa vila (Fig. 1) nunca foi estudado do ponto de vista epigráfico.

Na verdade, tendo sido posta em dúvida a sua autenticidade, os autores preocuparam-se com a argumentação pró e contra, procuraram resolver-se problemas de interpretação, mas deixaram-se para segundo plano ou omitiram-se mesmo os aspectos paleográficos e uma análise mais fina dos antropónimos ali registados. É, pois, essa a intenção desta breve nota.

1. O texto

Graças à perspicácia de Milagros Navarro Caballero (2018, n.º 280, pp. 560–562), encontra-se resolvida a questão maior que o texto punha (IRCP, pp. 443–445), na medida em que, começando pela palavra *Memoriae*, habitual em epítáfios, os investigadores mantiveram-se nessa óptica lógica, o que trazia dificuldades de interpretação, porquanto uma das principais personagens nomeadas apenas surgia identificada por um nome, *Calchisia*, que — ainda por cima! — se revelava ímpar no conjunto da epigrafia imperial romana.

Milagros Navarro e, também, Juan Manuel Abascal em texto datado do ano seguinte, mas desconhecendo o que a sua colega epigrafista publicara um ano antes, ter-se-ão interrogado: o que falta é o gentílico de *Calchisia*? E se *Memoria* for esse gentílico? E era!

Trata-se de uma placa de mármore do tipo Estremoz / Vila Viçosa (nos textos antigos, fala-se de ‘jaspe branco’), com 39 cm de altura e 185 de comprimento, dividida em três partes: a central contém a inscrição, em campo epigráfico (de 28,5 x 78 cm) rebaixado em relação à moldura que, exteriormente limitada por filete, é de garganta reversa. «De cada lado, em espaço rectangular moldurado também, com motivos em



Fig. 2 – O texto romano.

relevo e caracteres medievais; a parte da esquerda está partida sensivelmente a meio) (IRCP, p. 443).

A leitura interpretada é a seguinte (Fig. 2):

D(is) · M(anibus) · S(acrum) · // MEMORIAE ·

C(aii) · F(iliae) · CALCHISIAE · FLAM(inicae) · /
 PROV(inciae) · LVSIT(aniae) · II · (bis) FIL(iae)
 · PISSIM(ae) · ET · MAR(iae) · L(ucii) · F(iliae)
 / SIDONIAE · NEPT(i) · DVLC(i)S(simae) · ET ·
 APON(io) · LV/⁵PIANO · MAR(ito) · MERENT(i)
 · FABRICA(m) · QVA(m) · MISER(a) · MA/TER ·
 IVN(ia) · LEONICA · KARIS · SVIS · ET · SIBI ·

Consagrado aos deuses Manes. A Memória Calquísia, filha de Gaio, duas vezes flamínica da província da Lusitânia, filha muito piedosa, e a Mária Sidónia, filha de Lúcio, neta muito amável, e a Apónio Lupiano, marido digno — monumento que a mísera mãe, Júnia Leónica, (mandou fazer) para os seus entes queridos e para si.

Altura das letras: 4,5. Espaços: 2: 3; 3: 1; 4: 0,5; 5: 1; 6: 1/0,3.

As medidas dos espaços interlineares podem sugerir alguma irregularidade; contudo, tal não aparece a olho nu e o conjunto apresenta-se harmónico, uma paginação cuidada, pontuação colocada nos sítios certos, respeito da divisão silábica na translineação, alinhamento à esquerda, sentindo-se, inclusive, a presença prévia de linhas de pauta, hoje imperceptíveis. Os caracteres são actuários, de grande regularidade, de *ductus* levemente inclinado para trás, o que é visível, de modo especial, nos MM, cujas pernas da esquerda não tocam as da direita no vértice superior mas ligeiramente abaixo, e também nos AA; inclinação patente também na grafia do S e do V. A letra R foi concebida a partir do P, que — como ele — não fecha por completo, o que igualmente acontece com o B, este deveras assimétrico. Tudo se conjuga para, apesar de ser um texto longo, conferir ao conjunto indesmentível leveza.

A invocação aos deuses Manes, como por vezes acontece, foi exarada por cima do campo epigráfico propriamente dito, num alinhamento segundo eixo de simetria e em caracteres de módulo mais pequeno, e foi por isso que as primeiras referências à epígrafe, nomeadamente a que vem nas *Memórias Paroquiais* de 1758, a não inclui.

A inclusão do S no C (l. 4) não é frequente, mas constitui uma forma inteligente de dar a entender que o adjectivo deve ser entendido no superlativo. Em contrapartida, é comum o nexa NT (l. 5). A apócope do *m* — *qua* por *quam* (l. 5) — outras vezes se documenta na epigrafia romana (CIL II, p. 1188). *Karis* escrito com K aceita-se — e até poderia ser mais um argumento em

prol de alguma ligação desta família com a parte oriental do Império, de que se falará em seguida; registam-se, todavia, outros exemplos indiferenciados (CIL II, p. 1176). Igualmente não é de estranhar haver-se subentendido a fórmula final; haveria espaço para F(*aciendum*) C(*uravit*), por exemplo; assim, porém, até parece que fica realçado o carácter familiar, de homenagem, que os dativos pressupõem.

Tem-se discutido a leitura II, na l. 3, tendo Hirschfeld sugerido a Hübner a leitura IT(*erum*). Por seu turno, Duncan Fishwick (2005, p. 142, n. 28), concordou com a leitura II, proposta por Mendes de Almeida e Bandeira Ferreira (1969); mas, atendendo a que um segundo mandato desempenhado por uma *flaminica* provincial se não encontrava atestado, pareceu-lhe preferível interpretar IT(*em*), como Hübner propusera e como se regista no caso da flamínica *Flavia Rufina*, que se identifica como *flaminica provinciae Lusitaniae item coloniae Emeritensis perpetua* (cfr. IRCP 183).

Duncan Fishwick (2005, p. 149) voltou a abordar o assunto:

Se Calchisia (no. 15) desempenhou funções por duas vezes isso depende duma leitura duvidosa — um segundo mandato como sacerdotisa imperial afigura-se sem precedentes — mas algumas mulheres mantiveram funções locais, ainda que uma *flaminica* não tenha perspectivas de uma carreira completa.

Está, todavia, bem clara na pedra a gravação de dois II com barra horizontal sobreposta, o que — como é habitual — marca a leitura como numeral: neste caso, *bis*.

2. Os nomes

Confirma-se, pelas informações de Faria e Sousa (Encarnação, 2020, pp. 47, 49, 57), que o monumento foi trazido de Mértola para a Quinta da Amoreira da Torre, em Montemor-o-Novo, em meados do século XVII pelo seu alcaide-mor, D. Martinho de Mascarenhas, que era, simultaneamente, senhor de Mértola como os seus antepassados. Se essa confirmação — até agora sugerida mas nunca tida verdadeiramente em consideração para efeitos histórico-arqueológicos — redunde em prestí-

gio acrescido para *Myrtilis*, leva-nos, por outro lado, a observar com mais atenção a onomástica patente no epitáfio, porque, como vários investigadores já de relance apontaram, a possibilidade de a atribuição desses antropónimos poder indiciar uma relação com o Oriente mediterrânico, ainda que através do Norte de África, como se tem vindo a afirmar, não se afigura despicienda.

Recorde-se:

– Julián de Francisco Martín afirma que *Calchisia*, juntamente com a ocorrência de *Leonika* [sic] e de *Maria* permitirão «pensar numa raiz oriental dentro da família» (De Francisco, 1996, p. 126).

– Manuel Salinas de Frías salienta que tanto o carácter invulgar do nome *Calchisia* como a presença do antropónimo *Sidonia*, «relacionável com a cidade da Fenícia parecem traçar um vínculo com o Mediterrâneo Oriental. Tratar-se-á, porventura, de gentes comerciantes sediadas em Mértola?» (Salinas, 2019, p. 706).

Constituem os *cognomina* índices privilegiados, entre outros, susceptíveis de indiciarem, pelo menos na sua origem, elo de ligação cultural com determinadas áreas culturais ou geográficas. Cognomes etimologicamente gregos não significam, *ipso facto*, naturalidade do Mediterrâneo Oriental, onde o grego era a língua dominante, mas... a sua utilização não é inócua, mais não seja por vontade de, no Ocidente, se ostentar alguma erudição.

Salinas de Frías sugeriu a relação de *Sidonia* com a cidade de Sídon, cidade actualmente do Líbano e que, na Antiguidade, era fenícia, célebre pela produção de púrpura. É, de facto, antropónimo que Solin inclui nos nomes gregos registados na epigrafia de Roma: cita, v. g., duas *Luliae Sidoniae*, datáveis dos séculos I/II, uma *Sidonia* dos séculos III/IV, dando a impressão, pelos cinco testemunhos indicados, que se tratará de nome mais corrente, se assim se pode dizer, na época cristã (1982, p. 616). *Sidonius* também poderá ser sinónimo de ‘cartaginês’, atendendo a que Cartago foi fundada pelos Fenícios. Não é, porém, este um nome muito atestado. Em Otok, na *Dalmatia*, o nome de *Sidonia* constitui um dos três artífices de um mosaico (EDCS 75300241). Na *Hispania*, será este o único testemunho.

Leonica (com *c* e não *k*) não é antropónimo de raiz grega: Kajanto relaciona-o com *leo*, ‘leão’, e documentou, no conjunto do *CIL*, 4 homens e uma

mulher, assinalando que, mesmo sendo tão poucos os testemunhos, parece ter sido nome mais frequente na área da Gália Cisalpina. Hübner cita o exemplo de Alcácer do Sal (*CIL* II 36 = *IRCP* 192), o epitáfio de *Lulia Laeonica*, falecida aos 41 anos; aí se sugere no comentário que

o facto de a idade vir indicada em I, como parece ser hábito na epigrafia de África (cfr. Kajanto, 1968, p. 18), pode apontar uma relação com essa área do mundo romano.

No desenho do fragmento de uma epígrafe, da mão de Frei Manuel do Cenáculo, possivelmente de Beja, há LEON; poderia ser LEON[ICA], mas sem qualquer garantia (*IRCP* 363). Refira-se, como curiosidade, o facto de haver menção, na *Hispania*, duma cidade de nome *Leonica*, situada no *conventus CaesarAugustanus*, onde hoje está a cidade de Massalió, que ostenta ruínas romanas; a menção vem no epitáfio de um cavaleiro, decurião da ala de Pátruo, *M. Valerius Hispanus*, que está identificado *domo Leonica*, ou seja, com residência em *Leonica* (EDCS 08201431).

Quanto a *Calchisia*, confirma-se: é um *hapax*, como se diz em Epigrafia, ou seja, até ao momento o testemunho resultou único e também não se tem logrado propor para ele qualquer etimologia ou paralelo. Sim, há *Calchedonia* (Solin, 1982, p. 605) e *Chalcidio(n)* (Solin, 1982, p. 595); contudo, essa aproximação fonética (ou, melhor, fonológica) é tão-somente... aproximação! Apenas a grafia com *ch* pode constituir argumento para atribuir a *Calchisia* uma etimologia ligada ao lado grego do Império.

É igualmente raro, até ao momento, o *nomen Memorius*. Milagros Navarro referiu o único documentado: duma lista de pretorianos de Roma (EDCS 18400008) consta, do ano 177, *C(aius) Memorius C(aii) f(ilius) Fla(via) Messor Segus(ione)*, cidadão da tribo Flávia, natural da cidade de *Segusio* (hoje, Suza), da região dos Alpes Marítimos. *Memorius* atesta-se, de facto, mais como *cognomen* latino: Kajanto encontrou, no conjunto do *CIL*, cinco homens e duas mulheres que assim se identificaram; por duas vezes se regista, por exemplo, na Gália Narbonense, em cerâmica (EDCS 48600293 e 48600294); na Mauritânia, um *Memorius* faz de *suo* uma dedicatória



Fig. 3 – O jazigo da família. Proposta de José Luís Madeira.

Libero Patri (EDCS 24400876).

Apesar de tudo e mesmo sem grandes argumentos onomásticos, a possível relação com o outro lado do Mediterrâneo não é de negligenciar. De resto, ao comentar o facto — fora do comum — de *Memoria Calchisia* ter exercido por duas vezes a função de *flaminica*, quando o normal era uma única, Juan Manuel Abascal não hesitou:

Calchisia tuvo el inusual privilegio de ocupar el sacerdocio femenino del culto imperial en Lusitania en dos ocasiones, lo que indica que la asamblea provincial de este territorio (*concilium*) la eligió otras tantas veces para el cargo; esto hace pensar que disfrutaba de una posición acomodada e influyente en términos políticos (Abascal, 2018).

Em termos políticos, sim, mas a sua família a teria também em termos económicos para Júnia Leónica mandar erigir um mausoléu, que, atendendo às dimensões da placa (recorde-se: 39 cm de altura e 185 de comprimento), deveria ter alguma imponência (Fig. 3).

3. *Fabrica*

Virá, pois, a propósito, tecer considerações sobre o termo usado na inscrição para designar o monumento: *fabrica*.

Foi, realmente, uma das palavras que causou aos investigadores alguma apreensão, logo ao próprio Hübner, que escreve (CIL II 5189):

«Imaginei que *fabric(a) qua(m)* poderia ter o significado de monumento sepulcral, vocábulo retirado por Paládio (I 9) da linguagem edilícia».

Esta, a tradução que ora se propõe, porque se entendeu apressadamente que a frase «*vocabulum de aedificiis usurpatum est a Palladio*» significava que a ‘usurpação’ do vocábulo partira de quem mandara escrever o texto da epígrafe, inspirando-se em Paládio. Ora, esta versão se afigura mais lógica, inclusive atendendo ao que foi o percurso de Andrea di Pietro della Gôndola,

vulgo Palladio (1508–1580), que publicou, em 1554, após demorada e mui atenta viagem a Roma, *Le antichità di Roma raccolte brevemente dagli autori antichi & moderni nuovamente poste in luce*, «relíquias dos antigos» que minuciosamente observara e desenhara, chegando a propor reconstituições «para lhes devolver o esplendor das do apogeu imperial» (Loewen, 2009, p. 265).

O vocábulo, de resto, terá então caído mui gostosamente no quotidiano dos escritores, se atendermos ao facto de, em 1571, Francisco de Holanda ter publicado *Da fábrica que falece à cidade de Lisboa*; e, por outro lado, em Direito Canónico, cedo se ter consignado a palavra «(fábrica)» (ou a expressão «comissão fabriqueira») para designar a entidade a quem pertencem os bens ou direitos temporais destinados à conservação, reparação, ornamentação e despesas de culto de um local de culto ou templo.

Importará, por consequência, indagar do uso deste termo quer em inscrições romanas quer em autores clássicos.

Quanto à utilização da palavra *fabrica* nos autores clássicos, poder-se-ão citar, para

além das que vêm referidas (s. v. *fabrica*) no Oxford Latin Dictionary, as seguintes passagens: Cícero, *De Officiis* (1, 127, 2); Lucrécio, *De Rerum Natura* (4, 513); Plauto, *Báquidas* (366) e *Epidicus* (690). Séneca, *Ad Lucilium Epistulae Morales*, emprega o termo duas vezes: em 90, 7 e em 95.56; aqui, a frase é «non est necesse fabro de fabrica quaerere quod eius initium quis usus sit», 'não carece o artífice de perguntar pela fábrica', ou seja, pela sua condição de artífice, se já a começou a exercer. De Vitrúvio, a seguinte frase é elucidativa: «qui non modo architecturae sed omnino ne fabricae quidem notitiam habent» (6, pr. 6), onde, se bem se entende, há referência àqueles que não só não percebem de arquitectura, como, de modo especial, de fábrica, isto é, do modo de construir.

Nesse mesmo local do Oxford Latin Dictionary, são citadas apenas três epígrafes romanas em que o termo *fabrica* se documentou:

– CIL XIII, 2036, de Lyon, refere *Vireus Vitalis*, jovem de incomparável engenho na arte *fabrica ferraria* (era ferreiro);

– CIL V 8742, de *Concordia Sagittaria*, região itálica da Venécia e Úmbria, em que se alude a um veterano que prestara serviço militar como artífice de setas: «veteranus militavit in fabrica sagittaria»;

– CIL XI 5939, de *Tifernum Tiberinum* (Città di Castello, na Úmbria), dá conta de alguém que deixou avultada quantia para as termas públicas locais: «ad balinei fabrica(m) rei p(ublicae)».

Em relação à função exercida pelo veterano de *Concordia Sagittaria*, vem ao caso referir que, no DA (s. v. «fábrica», pp. 959–961), Camille Julian apenas cita o relacionamento da palavra com a produção de armamento, de que eram encarregados os *fabri*. Recorde-se que a prefeitura dos artífices — *praefectura fabrum* — constituía a fase preliminar de entrada de um soldado para a carreira equestre (Encarnação, 2009, pp. 31–35). Regista-se, nesse âmbito, a menção da função de *praepositus fabricae*, para identificar o responsável pela *fabrica*, ou seja, pela preparação de armamento; assim, recorda-se, em Ravena, nessa qualidade, o *vir perfectissimus* — cavaleiro, portanto — *Sertorius Silanus* (CIL XI 9). Se, aparentemente, a inscrição mais elucidativa quanto à aceção de *fabrica* como 'construção', 'edifício', é a citada, de *Tifernum Tiberinum*, por que se trata da construção de termas, o vocábulo

tem sido reconstituído sem objecções na identificação de olarias. Veja-se, a título de exemplo, o caso da Aquitânia (Clermont-Ferrand, Le Langon...), onde, em peças de *terra sigillata*, o nome do oleiro é seguido da sigla F, sempre reconstituída como F(*abrica*): *Felici(s) f(abrica)*, *Fulvi f(abrica)*... (cfr. *EDCS passim*, s. v. 'fábrica').

Em suma, havia, de facto, razão para se reexaminar a epígrafe de Montemor-o-Novo com alguma ponderação, atendendo a todas estas singularidades do seu texto. E, convenhamos, ter memória de uma flaminica no seu seio era lá bandeira que se deixasse de desfraldar?!

4. Ter flaminica

Corrija-se, em primeiro lugar, um lapso cometido, por não se haver tomado consciência da diferença entre flaminia e flaminica.

Em latim, *flaminia*, quer como substantivo feminino singular quer como neutro plural, identifica os pertences do flâmine, nomeadamente a sua casa. Citando uma passagem das *Noctes Atticae*, de Aulo Gélcio (10.15.7), o *Oxford Latin Dictionary* transcreve, s. v. 'flaminus': «Ignem e flaminia, id est flaminis Dialis domo, nisi sacrum efferris ius non est», referindo-se concretamente à casa do *flamen Dialis* e ao seu recheio, donde sem mais nem menos não pode ser levado o fogo sagrado»¹.

No *Dictionnaire des Antiquités*, s. v. «flamen», escreveu Camille Julian extenso artigo (pp. 1156–1188), em que magistralmente sintetiza tudo o que, no seu tempo, se conhecia acerca do sacerdócio romano a que se deu o nome de flaminado (*flamonium*, em latim): a origem, as prerrogativas e funções, as alterações que foi sofrendo desde os tempos primitivos até ao Império, designadamente com a apropriação, pelo imperador Augusto, seguida pelos seus sucessores, de um sacerdócio que, naturalmente, estava ligado às divindades, o prestígio de que gozava... E afirma, a dado passo (p. 1181):

A mulher do flâmine (e eu creio que o flâmine devia sempre ser casado) partilhava, sob a designação de *flaminica*, os privilégios, as obrigações e o ministério do marido. Não há flaminica provincial distinta da mulher do flâmine.

¹ Sugere-se, por conseguinte, a correcção do significado deste vocábulo nos dicionários de língua portuguesa. Flaminia não é a mulher do flâmine. No Dicionário da Academia das Ciências, na sua edição de 2001, não figuram, aliás, nem flâmine nem flaminia ou flaminica.

Sem expressamente o citar a esse propósito, Robert Étienne (1974) mantém-se numa posição intermédia. Após sublinhar que o *concilium* provincial detinha papel determinante na nomeação das flamínicas, pergunta: «Para ser flamínica bastava ser mulher dum flâmine?» (Étienne, 1974, p. 169). Mais adiante, após afirmar que «o título de flamínica dataria da época em que as imperatrizes foram consagradas» e que, por consequência, «o culto provincial não pode honrar somente os imperadores, porque «também a imperatriz participa da soberania e se torna candidata à divinização após a morte», isso implica, sublinha Étienne, a necessidade de haver uma flamínica, «quer por directa escolha do *concilium* quer por ser esposa de flâmine, *uxor flaminis*» (p. 172). No que concerne ao culto ao imperador gerido pelos municípios, o facto de a flamínica municipal ser eleita pelos decuriões é prova bastante — declara Étienne (1974, pp. 245–246) — que a circunstância de ser mulher de flâmine não implica a qualidade de flamínica.

A este propósito, poderá aduzir-se o que escreveu Julián de Francisco Martín (1996, p. 121):

As *flaminicas* estavam dedicadas ao culto das *divae*, imperatrizes divinizadas. Está ultrapassada a ideia, dominante até não há muito tempo, de que se tratava das mulheres dos *flamines*, ainda que haja casos em que, efectivamente, tal se regista; mas não se trata duma exigência.

Emily A. Hemelrijk discute largamente esse tema (Hemelrijk, 2005, pp. 144–149). «No meu *corpus* de 258 inscrições de sacerdotisas do culto imperial», escreve (p. 145), «apenas de 26 *flaminicae* (mencionadas em 32 inscrições) se sabe que foram mulheres de *flamines*». Conclui, pois, que «a noção de que o sacerdote e a sacerdotisa do culto imperial eram, em regra, um casal é insustentável» (Hemelrijk, 2005, p. 148).

Ao traçar uma panorâmica das referências ao sacerdócio feminino, salienta Vítor Gaspar (2012, p. 51) que há cerca de 278 *flaminicae* atestadas em inscrições, o que «mostra claramente que o sacerdócio imperial era a única função religiosa mais importante

aberta às mulheres, espalhada por toda a parte no Império».

Acrescenta Julián de Francisco, por seu turno, que, eleitas pelo *concilium provinciae* ou pelo *ordo decurionum*, «parece que se trata de uma instituição própria das províncias imperatoriais, pelo menos na Hispânia», pois só se conhece uma na *Baetica* e há bastantes registos na *Tarraconense* e na *Lusitânia*.

Bastarão certamente estes dados para se compreender que, nas províncias, ter flamínica constituía, pois, uma honra e, por outro lado, um sinal de fidelidade ao poder central e de usufruto de estatuto político-social de relevo, porquanto à flamínica cumpria dar benesses à comunidade que a elegera e à qual, naturalmente, ela fizera promessas eleitorais. Prestígio relevante nada despreciando, portanto, que poderá ter levado os historiadores do Humanismo europeu a, cientes desse facto, insistirem em atribuir flâmines e, sobretudo, flamínicas, às suas cidades antigas e mesmo a os inventarem, como se poderá ter passado com a flamínica eborense Labéria Gala (Encarnação, 2014). De resto, a extensa bibliografia em que a placa de Calquísia é destacada, representa sintoma muito claro de como esse prestígio atravessou gerações.

5. As cartelas laterais

5.1. Os baixos-relevos

Emílio Hübner, depois de referir as letras que ocupam os ‘compartimentos’ laterais, diz que os ornatos em baixo-relevo são: «À esquerda: a esquadria com o prumo, a *libella cum perpendiculo*; à direita, [...] creio que é um malhete e um escopro. Estes, com a esquadria, compõem a mais usual ferramenta do canteiro». Em sua opinião, o sentido é o mesmo que o da *ascia*: indicar que se trata de um monumento novo (Hübner, 1887, p. 114).

Em *CIL* II 5189, afirma que os ornatos patentes nas duas partes exteriores à inscrição se referem à arte de gravar («ad artem scalpendi referenda») e interpreta assim as inscrições laterais, que data dos séculos V/VI: *[in] nomine d(omi)ni / [fam]uli Christi / [Si] senandus / [et l]esabille [f]ecerunt*.

Túlio Espanca (1975, p. 378), por seu turno, data essas inscrições

do século VII da Era Cristã, gravadas nos espaços livres das extremidades devidamente destacadas em duplo molduramento e onde subsistem, esculpidos objectos que podem representar as insígnias dos galhardetes da flamínica e do seu marido, talvez arquitecto: haste preenchendo uma peça em forma de gadanha e que parece terminar em borla, e o da banda direita do observador, um triângulo cortado ao meio e do vértice suspenso um fio de prumo.

Lê: IN NOMINE DNI XPI SENANDVS ESABILLE FECETVNT.

Manuel Salinas, após referir as interpretações de Hübner, escreve:

Nosotros, sin embargo, a la izquierda solamente observamos una figura que, creemos, debe identificarse con una herramienta que combinaba las características de un martillo y de una hachuela (*ascia*), que servía tanto para golpear como para partir (Salinas, 2019, pp. 701–702).

Na legenda da Fig. 4 (Salinas, 2019, p. 704): «[...] con representación de un *ascia*?».

O painel da direita, único que se encontra completo, mede interiormente 27 x 39 cm. Confirma-se que os relevos são coevos da inscrição principal e que, tanto pelo *ductus* como pela profundidade da gravação, as letras não são contemporâneas dos relevos. Em ambas as cartelas, o campo epigráfico está rebaixado em relação à moldura, que é de platibanda externa seguida de escócia directa. Vejamos, então, o que pode concluir-se acerca do que representam os relevos e qual o seu significado.

Torna-se aliciante interpretar o motivo do quadro esquerdo (Fig. 4) como uma *ascia*, que é a sugestão de Hübner, aceite — ainda que dubitativamente — por Salinas de Frías, embora tenha morfologia levemente diversa das que estamos habituados a ver e ser também diversa

a orientação.

Recortam-se, com a devida vénia, para termos de comparação, pormenores de três dos muitos monumentos estudados por Maria Giovanna Bertini (2006): um de *Altinum* (Bertini, 2006, p. 78) que nos serve bem, na medida em que ali há também a representação do esquadro e do fio-de-prumo (Fig. 5); o segundo, de Módena (Bertini, 2006, p. 122), em que a



áscia tem a posição mais corrente, cabo ligeiramente oblíquo e lâmina para baixo, como na posição de ser usada (Fig. 6); o último, de Ravena (p. 181), não em relevo mas esculpido e com o olho para o lado direito (Fig. 7).

No caso da placa de Calquísia, o utensílio está na vertical e o olho sensivelmente a meio. A pedra partiu não a meio mas rente aos relevos, que, desta forma, ficaram intactos, justificando-se, pela falta de espaço, a representação do cabo tão curto. A terminação da lâmina em botão terá sido, porventura, mais uma fantasia do escultor do que a vontade de copiar uma realidade que não seria assim: a terminação em

Fig. 4 – A cartela do lado esquerdo.

Fig. 5 – Decoração de um monumento de *Altinum*.



Que significado atribuir, pois, a estas representações? Hübner já deu o seu parecer: querem dizer que estamos perante um monumento novo. Uma atitude compreensível, de resto, se atendermos à grandiosidade do conjunto — e que se louve, assim, quem o edificou. A opinião de

Antonio Ferrua, a propósito de uma representação semelhante que encontrou numa das catacumbas de Roma, é deveras concludente:

É uma áscia perfeita, cuidadosamente incisa, e sob ela vêem-se ligeiros *grafitti* que interpreto como sumária representação de uma “livella”. São os instrumentos característicos dos marmorários e dos pedreiros, mas, como os vemos representados muitíssimas vezes nas lápides fúnebres, mesmo de crianças e de mulheres, creio que muitas vezes pelo menos não queiram significar um ofício exercido pelo defunto, mas alguma outra coisa, como a qualidade da sepultura que é nova e acabada de sair dos instrumentos do canteiro ou marmorário, coisa sumamente apreciada pelos antigos (Ferrua, 1978, pp. 181–182, fig. 13).



bico era a mais normal. Na quadra da direita (Fig. 8), estão representados o esquadro e o fio-de-prumo, sendo essa posição do fio-de-prumo a que comumente se vê ser escolhida: caindo na vertical do vértice do esquadro.

Não se trata de instrumentos próprios para cortar a pedra, mas sim de auxiliares do canteiro e do pedreiro para manter rigor geométrico, a esquadria. Quanto à áscia, trata-se também do «instrumento concreto dum instrumento concreto»: o que em francês se designa «asse» (numa derivação directa da palavra latina *ascia*) e que é um instrumento do taneiro:

compõe-se de martelo, dum lado; do outro, um ferro recurvo, côncavo e arredondado, que serve para cortar a madeira no interior do tonel, a fim de o escavar e dar-lhe a forma abaulada (Encarnação, 1997, p. 20).

Fig. 6 – Decoração de um monumento de Módena.

Fig. 7 – Decoração de um monumento de Ravenna.



Fig. 8 – A cartela do lado direito.

5.2. A inscrição cristã

Resta pouco mais de metade da quadra da esquerda, como se disse. Na parte superior, NOMINE (com nexo NE) não oferece dúvida. DNI é a habitual abreviatura de D(omi)NI; segue-se uma *hedera* cordiforme com nervura central. Na l. 2, NVLI, estando NV em nexo; XPI, encimada por barra horizontal, a normal abreviatura de *Christi*. Na parte inferior, a seguir ao S, eventual nexo El. Ter-se-á depois HA (A esguio e sem travessão); contudo, se se interpretarem os dois signos seguintes como sendo o nexos ND, pode surgir a dúvida em relação ao H anterior; será N? O D foi grafado quase como V invertido; e, antes do S, Y afigura-se evidente.

No que se refere à quadra da direita, ET está na pedra, não carece de ser reconstituído, como Hübner sugeriu, e há mesmo um nexos tri-



plo, dois EE 'agarrados' ao T; não se enxerga, todavia, o I reconstituído pelo epigrafista alemão. S inclinado para diante; A com barra em ângulo com vértice para baixo. Do lado direito do esquadro, B quase cursivo, de pança inferior avantajada e sem toque intermédio na haste vertical. ILLE lê-se bem, estando o E em módulo menor e bastante oblíquo para trás. Sob o esquadro, não centrada, EFERYNT, a denotar obliquidade para trás: EFE, apesar da irregularidade, aceita-se sem dificuldade, sendo difícil perceber se há, ou não, uma letra antes, possivelmente C, onde se tem 'visto' F, que dá, efectivamente, a palavra proposta: FECERVNT; CEFERYNT, por dislexia do lapicida, também não seria estranho. O prolongamento superior da perna vertical do R seguinte poderia sugerir o nexa RI; de seguida, Y, espaço e o nexa NT. A proposta de interpretação apresentada por Hübner foi a seguinte, considerando, naturalmente, que o texto da quadra da esquerda tem continuidade na da direita:

[in] nomine d(omi)ni / [fam]uli Christi / [Si] senandus / [et I]esabille [f]ecerunt.

Estariam do lado desaparecido da quadra: IN na l. 1; FA (ou FA) na l. 2; SI na l. 3. Vimos que, na pedra, se NVLI (da l. 2) facilmente pode admitir-se por MVLI, devido a lapso do lapicida, SENANDVS não será assim tão evidente, mas admite-se. Recorde-se que S. Sisenando (828–851) foi um diácono mártir que nasceu em Beja.

À primeira vista, não se descortina, por incómodo, a eventual correspondência antroponímica de *Esabille*. A proximidade fonológica com o nome Isabel não deixa de ser sugestiva, até porque, sendo de um casal (o marido *Sisenandus*, a mulher *Esabille*), essa iniciativa cristã até daria continuidade, digamos assim, ao

carácter familiar do jazigo. Não seria de estranhar, atendendo a que Elizabeth (com grafias diferentes, inclusive devido à sua etimologia hebraica, *Elishebbā*) poderia ter sido um nome difuso na primitiva comunidade cristã, relacionado com a prima que Maria foi visitar (*Lucas*, 1, 39–80), cujo nome, em latim eclesiástico é Elizabeth.

De acordo com o que se vê no monumento e com o que é passível de reconstituir (Fig. 9), a leitura que se propõe é:

[IN] NOMINE D(omi)NI (*hedera*) / [FA]NVLI [*sic*] XPI (*Christi*) / [SI]SENANDVS // ET ESABILLE [C?]EFERYNT [*sic*]

Fanuli está por *famuli* e *ceferynt* (?) por *fecerunt*. A tradução:

«Em nome do Senhor. Os servos de Cristo Sisenando e Esabile fizeram».

Na verdade, o texto tem lógica, se se considerar ter acontecido — como já se sugeriu — que o jazigo romano, tendo persistido até ao período cristão, haja sido reaproveitado e como que cristianizado pela frase inscrita nos espaços ainda vazios.

Chegado a este ponto, consultei o estudo exaustivo que Mário Barroca (2000, pp. 50–53, n.º 12) fez. Após historiar o que se havia escrito acerca do monumento na sua totalidade e, de modo especial, sobre a epígrafe ora em análise, indica, para além dos escritos da área do romano, a bibliografia específica dos textos medievais (Oliveira, 1941, p. 47, n.º 49; Sousa, 1948, n.º 35; Vives, 1969, p. 129, n.º 371). A sua leitura diverge da que ora se apresenta em três pontos: em vez de [FA]NVLI lê N(ost)RI; segue Hübner ao propor (i)SABILLE e grafa U em lugar de V.

Fig. 9 – Reconstituição do painel da esquerda, por José Luís Madeira.

Os comentários finais de Mário Barroca estão muito influenciados pela hipótese levantada, em 1984, pelo autor das *IRCP*, de que se poderia estar perante um «monumento forjado pelos renascentistas». Do ponto de vista formal, anota Mário Barroca dois pormenores, que considera importantes: os caracteres «apresentam maior desgaste do que os romanos» e há um maior rebaixamento do campo epigráfico central em relação aos laterais. Deste modo, numa tentativa de conciliação do que até então se escrevera, sugere: «Resende ou os Humanistas do século XVI poderiam ter anulado o primitivo texto romano, rebaixando o campo, e registado depois uma inscrição romana forjada, talvez respeitando o texto original», o que, inclusive, justificaria a perplexidade manifestada pela «presença dos símbolos relacionados com o trabalho da pedra» (Barroca, 2000, p. 53). Deduz-se do que mais atrás se consignara que, embora louvável e perfeitamente compreensível naquele momento da investigação a posição adoptada por Mário Barroca, o certo é que não se torna necessário — agora — procurar explicações. E este se poderá apontar como mais um elucidativo exemplo do que é a investigação, num eco, porventura, da célebre frase de Antonio Machado, «al andar se hace camino»!...

Mais sugestivo é o facto de Mário Barroca propender para classificar a inscrição como «moçárabe» e a datar do século X, concluindo: «Estaríamos perante uma inscrição comemorando a edificação de templo moçárabe em Mértola, em pleno domínio muçulmano» (Barroca, 2000, p. 53).

A sua proposta baseia-se em dois argumentos: - o «ser estranho que os promotores da construção de um templo cristão reaproveitassem uma inscrição funerária pagã»; - se o objectivo era «enaltecer o acto promovido por Sesnando e Isabel», «a manutenção do campo epigráfico romano» daria à inscrição moçárabe uma «posição subalterna e

secundária, dificilmente legível».

Verifique-se que, em vez de Sesinando, Mário Barroca prefere Sesnando e aceita, sem tergiversar, que *Esabille* seja grafia antiga de Isabel, como atrás se apontara. Em segundo lugar, a atribuição do monumento a Mértola está confirmada. Finalmente, é possível pensar que, em vez de um templo erguido de novo em que uma inscrição romana foi afixada, estejamos em presença de um jazigo de família de tal importância que a comunidade cristã não hesitou em o reaproveitar.

6. Conclusão

Doravante deverá ser incluída esta flamínica não no rol das flamínicas de Évora, como sistematicamente se tem feito, mas no quadro dos muitos monumentos romanos de Mértola.

É, por conseguinte, a primeira flamínica atestada nessa *civitas*, o que confere a *Myrtilis* uma importância ainda maior da que já lhe é atribuída, como elo de ligação primacial entre o sul da Lusitânia e a África romana. Viu-se que algumas das características textuais, nomeadamente onomásticas, até poderiam apontar nesse sentido.

Contudo, para além da relevância do monumento no seu conjunto, esta sua recondução ao local de origem, digamos assim, reverte-se de maior significado ainda, dado que Mértola — de grande importância na Antiguidade Tardia (Lopes, 2014) — constituiu um dos locais do Sul de Portugal onde se registou o maior número de achados de inscrições ditas «paleocristãs» dos séculos VI e VII — veja-se Barroca, 2000, pp. 7–42, *passim*; Dias & Gaspar, 2006, p. 302 — e também aí se encontra a expressão *famulus Christi* (Dias & Gaspar, 2006, p. 293). A inscrição de Sisenando e Isabel enquadra-se aí perfeitamente e a importância da epígrafe romana ora em Montemor-o-Novo celebra em lugar de honra o lustre que *Myrtilis* ostenta!

Bibliografia citada

- ABASCAL PALAZÓN, Juan Manuel (1994) – *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*. Murcia: Universidad.
- ABASCAL PALAZÓN, Juan Manuel (2018) – Memoria Calchisia. In *Diccionario Biográfico Español*, Real Academia de la Historia < <http://dbe.rah.es/biografias/23033/memoria-calchisia> >.
- ALMEIDA, Justino Mendes de; FERREIRA, Fernando Bandeira (1969) – *Varia epigraphica*. *Revista de Guimarães*. 79, pp. 257–262.
- BARROCA, Mário Jorge (2000) – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862–1422)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- BERTINI, Maria Giovanna Arrigoni (2006) – *Il simbolo dell'ascia nella Cisalpina romana*. Faenza: Fratelli Lega.
- CIL II = HÜBNER, Emil (1869–1892) – *Corpus Inscriptionum Latinarum, II. Inscriptiones. Hispaniae Latinae*. Berlin: Georg Reimer.
- DA = *Dictionnaire des Antiquités Grecques et Romaines*, de Daremberg et Saglio < <http://dagr.univ-tlse2.fr/sdx/dagr/index.xsp> >
- DE FRANCISCO MARTÍN, Julián (1979) – *Conquista y romanización de Lusitania*. Salamanca: Universidad.
- DIAS, Maria Manuela Alves; GASPAR, Catarina Isabel Sousa (2006) – *Catálogo das inscrições paleocristãs do território português*. Lisboa: Universidade.
- EDCS = Epigraphik-Datenbank Claus-Slaby < <http://www.manfredclaus.de/gb/> >
- ENCARNAÇÃO, José d' (1997) – Sobre a menção de profissões em Epigrafia. *Munda*. 33, pp. 19–23.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2009) – *Paisagens da Antiguidade*. Lisboa: Apenas Livros.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2014) – A inscrição e o seu duplo. O caso da flamínica Laberia Galla. In DONATI, Angela, ed. – *L'iscrizione e il suo doppio*, Faenza: Fratelli Lega, pp. 411–428 < <http://hdl.handle.net/10316/27644> >.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2020) – A flamínica Calquísia, de Mértola. *Mátria XXI*. 9, pp. 41–67.
- ESPANCA, Túlio (1975) – *Inventário Artístico de Portugal. VIII. Distrito de Évora*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes.
- ÉTIENNE, Robert (1974) – *Le culte impérial dans la Péninsule Ibérique d'Auguste à Dioclétien*. Paris: De Boccard.
- FERRUA, Antonio (1978) – Nuova regione catacombale presso S. Callisto. *Rivista di Archeologia Cristiana*. 54, pp. 167–225.
- FISHWICK, Duncan (2005) – *The imperial cult in the Latin West: studies in the ruler cult of the Western provinces of the Roman Empire / 3, 4. Provincial cult; pt. 4, Bibliography, indices, addenda*. Leiden; Boston; Köln: Brill.
- GASPAR, Vítor M. (2012) – *Sacerdotes piae: priestesses and other female cult officials in the western part of the Roman Empire from the first century B.C. until the third century A.D.* PhD thesis. Faculty of Humanities (FGw), Amsterdam Institute for Humanities Research (AIHR) < <https://hdl.handle.net/11245/1.369739> >.
- HEMELRIJK, Emily A. (2005) – Priestesses of the Imperial Cult in the Latin West: titles and function. *L'Antiquité Classique*. 74, pp. 137–170.
- HÜBNER, Emil (1887) – Inscricção de Montemor-o-Novo. *Revista Archeologica e Historica*. 1 pp. 113–117, 129.
- IRCP = ENCARNAÇÃO, José d' (1984) – *Inscrições romanas do Conventus Pacensis*. Coimbra: Universidade.
- KAJANTO, Iiro (1982) – *The Latin cognomina*. Roma: G. Bretschneider Editore.
- LOEWEN, Andrea Buchidid (2010) – Palladio e seus *Quattri Libri dell'Architettura*. *Pós*. 17:28, pp. 264–268.
- LOPES, Virgílio (2014) – Mértola na Antiguidade Tardia. In GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; MACIAS, Santiago; LOPES, Virgílio, eds. – *O Sudoeste Peninsular entre Roma e o Islão*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 138–165.
- Memórias Paroquiais de Montemor-o-Novo* [= CARDOSO, Pe. Luís, *Dicionário Geográfico...*, 24:198, pp. 1429–1454]. Acessível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4240840>
- NAVARRO CABALLERO, Milagros (2017) – *Perfectissima femina: femmes de l'élite dans l'Hispanie romaine*. Bordeaux: Ausonius.
- OLIVEIRA, P^o Miguel de (1941) – *Epigrafia aristã em Portugal*, I, Lisboa: Edições Artes e Letras.
- SALINAS DE FRÍAS, Manuel (2019) – *Calchisia, flamínica provinciae Lusitaniae*. In CABRERO PIQUERO, Javier; GONZÁLEZ SERRANO, Pilar, eds. – *Purpurea aetas. estudios sobre el mundo antiguo dedicados a la Profesora Pilar Fernández Uriel*. Madrid; Salamanca: Signifer Libros, p. 701–710.
- SOLIN, Heikki (1982) – *Die griechischen Personennamen in Rom. Ein Namenbuch*, 1. Berlin; New York, NY: De Gruyter.
- SOUSA, José Maria Cordeiro de (1948) – Inscrições dos séculos VIII a XII existentes em Portugal. *Ethnos*. 3, pp. 113–133.
- SOUSA, Manuel de Faria e (1678–1680) – *Europa Portuguesa segunda edição correta, ilustrada, y añadida en tantos lugares, y con tales ventajas que es labor nueva por su autor Manuel de Faria, y Sousa...* tomos I-III. Lisboa: a costa d'Antonio Craesbeeck de Mello impresso de S. Alteza.
- VIVES I GATELL, José (1969) – *Inscripciones cristianas de la España romana y visigoda*. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.